



PRODUÇÃO DO ESPAÇO COLONIAL PARAIBANO: CONQUISTA E POVOAMENTO

Ivan Targino

Universidade Federal da Paraíba

Emilia Moreira

Universidade Federal da Paraíba

RESUMO

O artigo tem como objetivo fazer uma discussão sobre a dinâmica da conquista do território paraibano pelos portugueses bem como do processo de povoamento que se seguiu à efetivação do domínio português em 1585. O desenvolvimento do texto está iluminado pela abordagem da geografia crítica que afirma, de um lado, que o espaço é um produto das condições materiais da vida e, de outro lado, que o espaço das economias subdesenvolvidas constitui-se de forma subordinada aos interesses das desenvolvidas. A pesquisa realizada para elaboração do texto restringiu-se a uma pesquisa bibliográfica sobre os dois temas abordados: conquista e povoamento do espaço colonial paraibano. A estrutura do trabalho compreende uma introdução e mais três itens, além das considerações finais.

Palavras-chave: Produção do espaço, Colonização, Povoamento, Paraíba.

PRODUCTION DE L'ESPACE COLONIAL DE PARAIBA: CONQUETE ET PEUPEMENT

RESUMÉ

L'article vise à discuter la dynamique de la conquête du territoire de Paraíba par les Portugais ainsi que le processus de peuplement qui a suivi la mise en œuvre de la domination portugaise en 1585. Le développement du texte est éclairé par l'approche de la géographie critique qui affirme, d'une part, que l'espace est produit du processus de génération des conditions matérielles de vie et, d'autre part, que l'espace des économies sous-développées est constitué de manière subordonnée aux intérêts des économies développées. La démarche méthodologique utilisée s'est basée sur une recherche bibliographique sur les deux thèmes abordés, à savoir : la conquête et le peuplement de l'espace colonial de Paraíba. La structure de l'ouvrage comprend une introduction et trois autres sections, en plus des considérations finales.

Mots-clés: Production d'espace, Colonisation, Peuplement, Paraíba.

INTRODUÇÃO

O processo de povoamento do atual estado da Paraíba até a independência política do Brasil em 1822 pode ser dividido em dois grandes períodos: o período pré-

colonial e o período colonial. A diferenciação fundamental entre esses dois períodos pode ser encontrada na dinâmica da produção do espaço, intimamente relacionada com a lógica de comando da organização econômica e social. Isto é, o espaço não é um dado neutro, um substrato sobre o qual se desenvolve a ação humana. Antes é o resultado da interação do homem com a natureza tendo em vista a produção das condições necessárias à sobrevivência material e social da comunidade humana. Isto é, como “*locus* da reprodução das relações sociais de produção, isto é, reprodução da sociedade” (CORRÊA, 2000, p. 26). Nesse sentido, tem-se a compreensão de Santos de que o espaço deve ser entendido como uma “segunda natureza”, pois é pela produção das suas condições de sobrevivência material e social que o “homem modifica a Natureza Primeira, a natureza bruta, a natureza natural, socializando”. (SANTOS, 2004, p. 203), Deste modo, a interferência humana sobre a “primeira natureza” é o que determina o surgimento da segunda natureza. Assim, o trabalho transforma a natureza primeira em segunda natureza, em espaço geográfico (Moreira, 2001). Tem-se, portanto, que a produção do espaço é fruto do modo de organização econômica e social vigente em cada momento histórico.

Além disso, os espaços colonizados foram produzidos tendo em vista o interesse das metrópoles, daí a sua classificação como espaços alienados (ISNARD, 1982). Esta é uma marca dos processos de colonização levados a efeito pelos países europeus a partir do século XVI, na esteira das grandes navegações. Ao discutir a “moderna colonização”, Marx a situa na lógica da acumulação do capital dos países colonizadores, na medida em que funciona como um processo de acumulação primitiva dinamizadora do capitalismo nos países centrais. Ao mesmo tempo, analisa os impedimentos para o pleno desenvolvimento do capitalismo nos espaços objeto da colonização: “Nelas, o regime capitalista esbarra no obstáculo do produtor que, possuindo suas próprias condições de trabalho, enriquece com seu trabalho a si mesmo e não ao capitalista” (MARX, 1975, p. 884). Isto é, como nas colônias havia disponibilidade de meios de produção não apropriados privadamente, particularmente da terra, o produtor direto não estava sujeito ao assalariamento de sua força de trabalho, podendo estabelecer-se independentemente do capital. Daí a necessidade regular a propriedade privada desses meios, o que foi feito de diversas formas no tempo e no espaço.

No caso do Brasil, isso se deu, inicialmente, com a implantação do sistema sesmarial e, posteriormente, com a transformação da terra em mercadoria através da Lei Nº 601, de 18 de setembro de 1850, a chamada Lei das Terras. Entende-se, assim, porque a história da colonização da Paraíba foi construída na base da violência contra os povos indígenas aqui residente, levando à redução sistemática do seu número em virtude da contaminação de doenças, da escravidão e da matança generalizadaⁱ. Não se tratava apenas de conquista terras para a produção de mercadorias. Era mais do que isso. Era o mecanismo de tornar a terra cativa aos interesses do capital metropolitanoⁱⁱ, como preliminar para a disseminação do trabalho assalariado como relação social de produção dominante, o que só vai acontecer na segunda metade do século XIX.

Durante o período pré-colonial, a organização econômica e social tinha como objetivo a produção de valores de uso, isto é a produção de bens e serviços que garantissem as condições necessárias de sobrevivência dos indivíduos e da sociedade. Segundo o depoimento de Américo Vespúcio: “Não possuem entre si bens próprios porque tudo é comum. Não têm fronteiras de reinos ou província; não têm rei nem obedecem a ninguém; cada um é senhor de si. Não administram justiça, que não é necessária para eles, porque neles não reina a cobiça” (VESPÚCIO, 2014, p.94). Não havia a propriedade privada dos meios de produção, de modo que não havia a divisão em classes sociais. As diferenciações existentes eram fundadas no gênero, na idade ou em funções exercidas no contexto das comunidades. Desse modo, a organização socioeconômica tinha como fundamento principal a cooperação entre os membros da comunidade tribal.

Já no período colonial, a lógica que comandou a produção e ocupação do espaço foi a produção de um excedente comercial, com vistas ao provimento do mercado europeu, consubstanciado, preferencialmente, na produção de açúcar. Os recursos naturais que antes eram de uso coletivo passaram a ser propriedade da Coroa Portuguesa, que os doava a quem tivesse condições de explorá-los. A sociedade que surge é, portanto, uma sociedade dividida em classes sociais, com dois grupos claramente definidos: os que detinham o controle das terras através da doação das sesmarias e os trabalhadores (escravos na grande maioria e os trabalhadores livres).

Povoamento no período pré-colonial

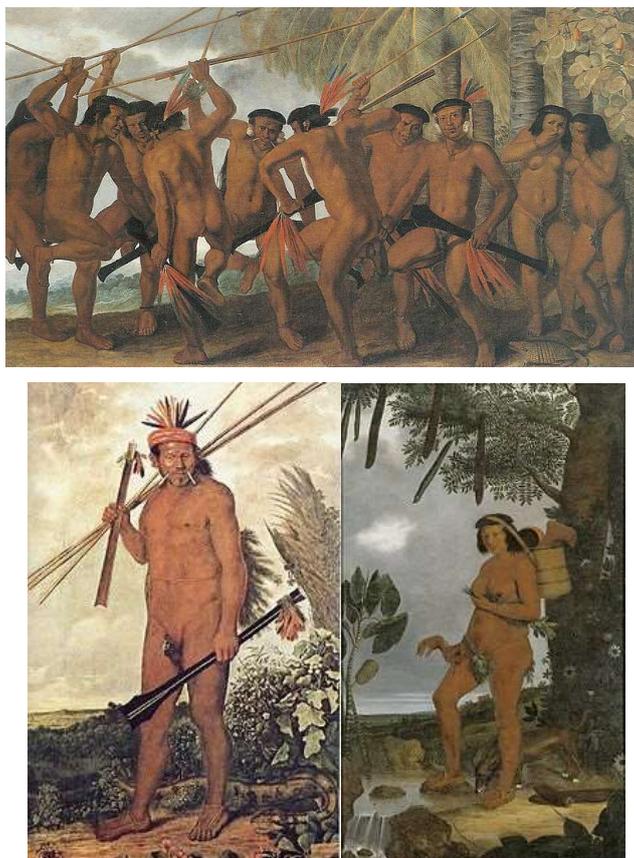
Durante o período pré-colonial, o território do atual estado da Paraíba era povoado por dois grupos indígenas principaisⁱⁱⁱ: os tupis-guaranis e os cariris. Os tupis, à época do descobrimento, habitavam a região entre o litoral e a encosta da Borborema e estavam divididos em dois grupos principais: os tabajaras e os potiguaras^{iv}. Os potiguaras^v foram os primitivos habitantes do litoral norte da Paraíba na época do descobrimento do Brasil. Eles ocupavam desde a foz do Rio Paraíba até a Baía da Traição e, subindo o rio Mamanguape, ocupavam até a Serra do Copaoba (região dos atuais municípios de Caiçara, Belém, Serra da Raiz e Pirpirituba) e parte do vizinho estado do Rio Grande do Norte. A primeira notícia sobre essa tribo foi feita por Vespúcio (2013) ao relatar a cilada que sofreu por parte dos indígenas na qual resultou a morte de seis tribulantes da expedição de Gonçalo Coelho, enviada ao Brasil em 1501. A respeito dos potiguaras Fernão Cardim escreve: “Os primeiros desta lingua se chamão Potgguaras (13) senhores da Parahiba. 30 léguas de Pernambuco, senhores do melhor pau do Brasil e grandes amigos dos Erancezes, e com elles contratarão até agora, casando com elles suas filhas” (1925, p. 197). Essa aliança com os franceses tendo em vista a exploração do pau brasil é também ressaltada por Salvador (1982).^{vi}

Os tabajaras^{vii} predominavam na porção sul do litoral da Paraíba. De acordo com Aguiar (1992), os tabajaras teriam migrado para o litoral sul da Paraíba pouco antes da conquista. Abreu (1930) também os denomina de tupiniquins e os dá como

habitantes de longa data da região de Ibiapaba no Ceará, onde havia uma forte concentração dos mesmos. Os portugueses conseguiram estabelecer uma aliança com eles na luta pela colonização do território paraibano. Essa aliança foi fundamental para derrotar os potiguaras, aliados dos franceses no comércio do pau-brasil.

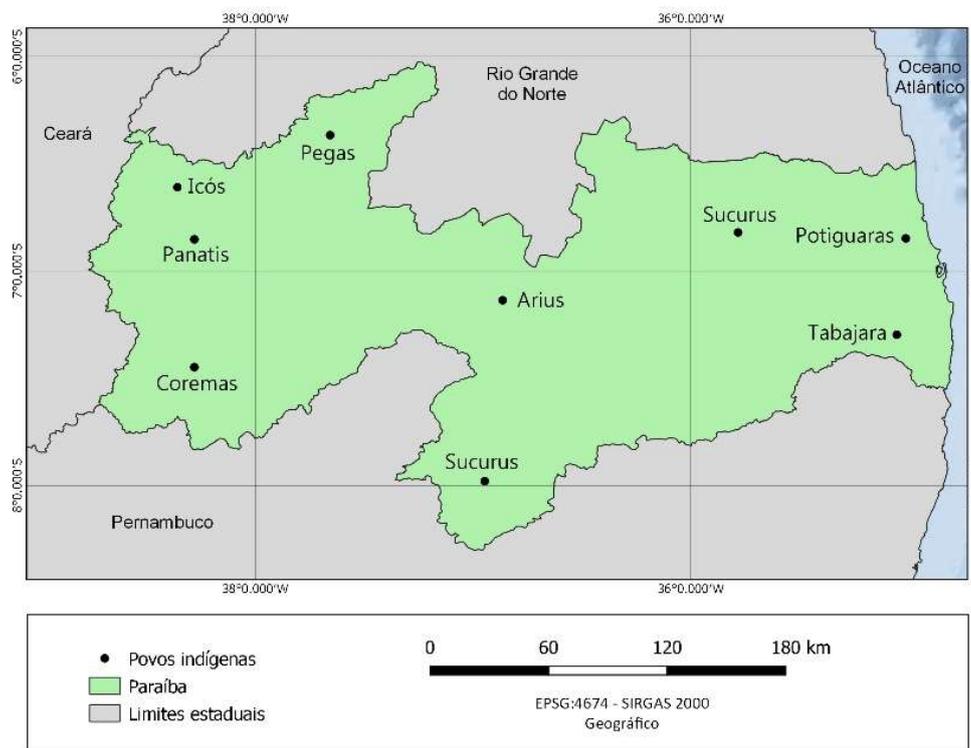
Os cariris^{viii}, também chamados de tapuias em virtude da sua agressividade (tapuia = bárbaro, inimigo), habitavam desde o rio Itapecuru (MA) até o rio Paraguaçu (BA). Os principais grupos dos Cariris na Paraíba eram: Paiacus, Icós, Sucurus, Ariús, Panatis, Canindés, Pegas, Janduís, Bultrins e Carnoiós. Capistrano de Abreu afirma que eles eram “antigos dominadores do litoral, então acuados entre o S. Francisco e a Ibiapaba” e os descreve como “*valentes e de terrível resistência, talvez os de mais persistência que os portugueses encontraram.*” (ABREU, 1930, pg. 60) Na Paraíba, eles teriam sido expulsos do litoral pelos Tupis e se refugiado no interior (CLEROT, 1969), fixando-se na porção oeste a partir da encosta da Borborema. Os principais grupos Cariris na Paraíba eram: sucurus, arius, coremas, pegas, panatis e icós.

Figura 1 – Telas de Albert Eckhout (1610-1665): “Homem Tapuia”, “Dança dos Tapuias” e “Mulher Tapuia”.



De acordo com Egler e Moreira (1985), baseados no Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes (IBGE, 1981), a distribuição espacial desses grupos indígenas era a seguinte: a) tabajaras, no litoral sul; b) potiguaras, no litoral norte; c) sucurus, na região do Cariri e do Curimatáu; d) ariús, na porção central do estado até as mediações de Campina Grande; e) os pegas, na porção atualmente polarizada por Catolé do Rocha; f) os Coremas, no vale do rio Piancó e; g) os icós e panatis, na porção noroeste do Estado (veja Figura 2)^{ix}.

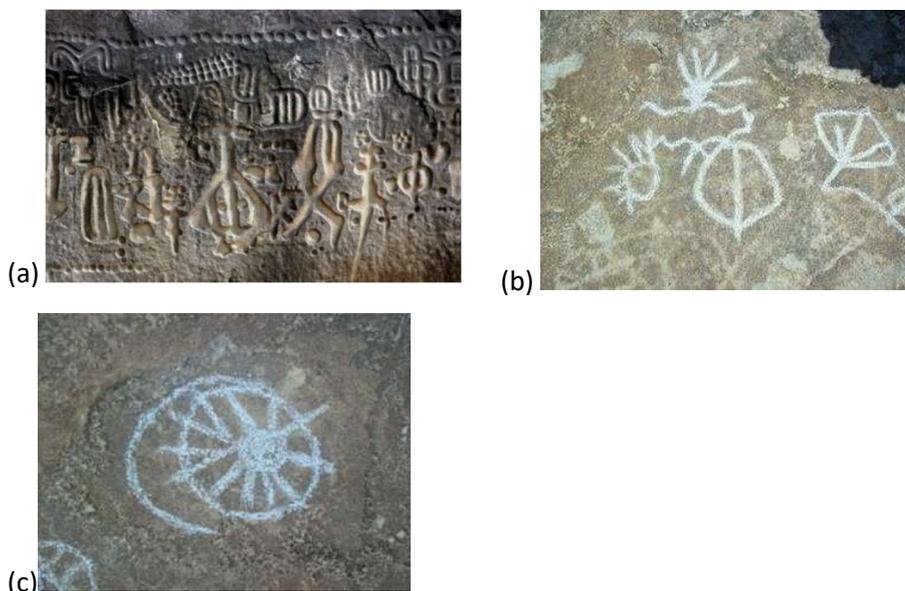
Figura 2 – Distribuição dos principais povos indígenas na Paraíba



Os indígenas na época do descobrimento encontravam-se no período neolítico (período da pedra polida). Isto é, faziam uso da pedra polida para confeccionar alguns instrumentos, a exemplo de machados, pontas de lança, etc. Eles não tinham desenvolvido, ainda, a utilização de metais. Eles eram nômades, deslocando-se seja em decorrência da guerra entre as tribos, seja em busca de áreas com maior abundância de provimentos. Praticavam uma agricultura rudimentar com o cultivo da mandioca, do algodão, do milho, de abóbora e do fumo, dentre outros produtos. A maior parte do provimento vinha da caça, da pesca e da colheita (frutas, com destaque para o caju e o mel). Os recursos naturais (terra, rios, matas etc.) não eram objeto de apropriação privada, servindo fundamentalmente como meio de provimento da subsistência do grupo social.

Eles já detinham o controle de alguns procedimentos técnicos, podendo ser destacados: fabrico de instrumentos da pedra polida (machados, cabeça de flechas, por exemplo), tecelagem de redes, fabrico da farinha de mandioca e de bebidas, produção de objetos de cerâmica, ornamentos de enfeites corporais (colares, cocais, etc.), fabrico de armas (tacape, arco, flecha) etc. Destaca-se, também, que os indígenas já desenvolviam formas de arte, como testemunham as várias pinturas rupestres (Figura 3) encontradas no território paraibano, com destaque para a Itacoatiara do Ingá (ALMEIDA, 1979).

Figura 3 – Paraíba: Itacoatiara do Ingá e figuras rupestres: (a) Itacoatiara do Ingá, (b) Pintura rupestre no município de Condado/PB Fonte: Fernandes, s.d., e (c) Pintura rupestre no município de Condado/PB.



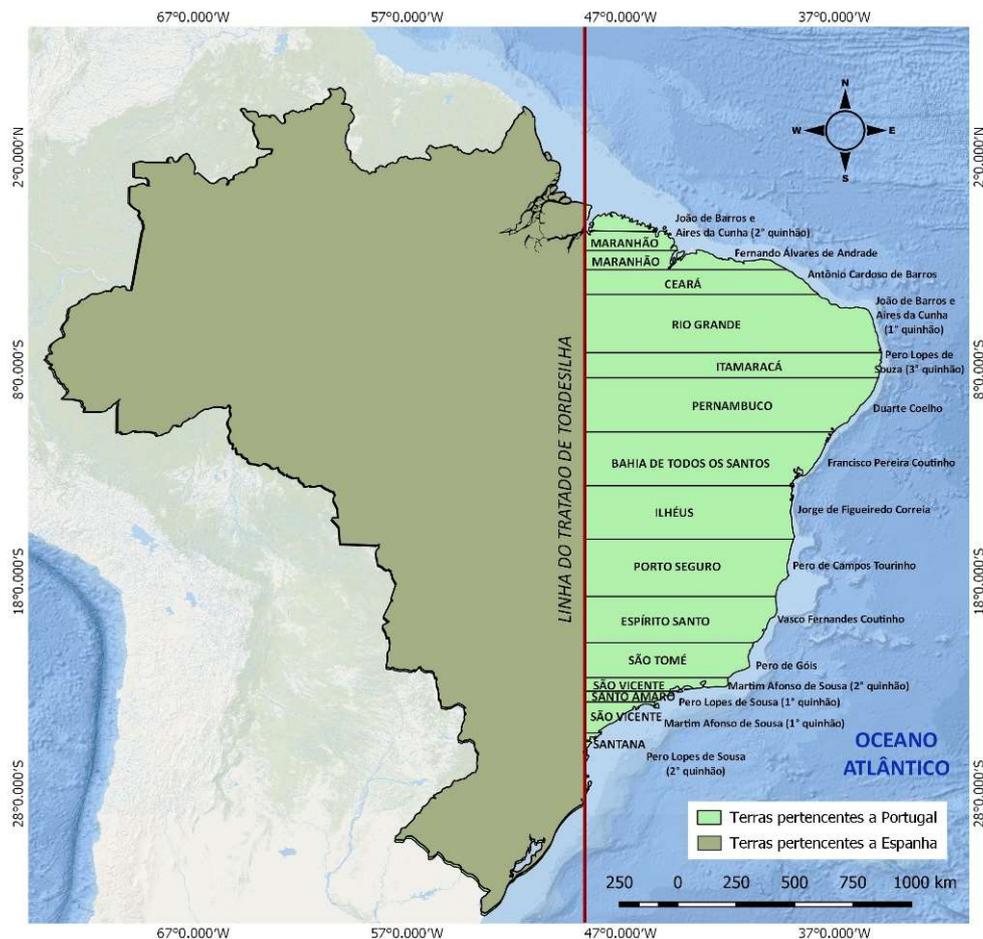
Fonte: Fernandes, s.d.

Povoamento no período colonial

Embora no início da colonização, o índio não tenha oposto resistência ao elemento branco, à medida que a lógica colonial implicava na subordinação do espaço à produção de um excedente a ser exportado, ficou clara a oposição entre o modo de vida dos indígenas e os interesses da metrópole portuguesa. O objetivo de Portugal era controlar o espaço segundo os seus interesses mercantis, subordinando os nativos a esses propósitos, donde os conflitos ora camuflados ora abertos com os indígenas. Ao analisar esse período com base em documentos da época, Gonçalves assim se expressa: “a capitania que deles emerge é um território de luta contínua, de beligerância permanente” (GONÇALVES, 2007, p. 31).

Com a criação do sistema de capitanias, o atual território paraibano estava dividido entre a capitania do rio Grande do Norte, que se estendia da foz do Rio Jaguaribe (CE) até Baía da Traição (PB), doada a João de Barros e Aires da Cunha, e a capitania de Itamaracá, doada a Pero Lopes de Sousa e que se estendia da Baía da Traição (PB) até Igaracu (PE). Portanto, a porção norte do Estado pertencia à Capitania do Rio Grande do Norte e a porção sul que pertencia à Capitania de Itamaracá (Figura 4).

Figura 4 – Divisão das Capitanias Hereditárias.



Essas duas capitanias foram abandonadas pelos seus donatários. João de Barros e Aires da Cunha se ocuparam da capitania do Maranhão e Pero Lopes de Sousa morreu em 1536. Com a morte de Pero Lopes de Sousa as terras voltaram ao domínio da coroa portuguesa, mas sem ocupação efetiva pelo branco. Dessa forma, toda essa região tornou-se uma área de atividade de pirataria, sobretudo dos franceses, que conquistaram a amizade dos índios potiguaras para a extração do pau-brasil⁸. Estabeleceu-se um regime de escambo entre os potiguaras e os

franceses: em troca do pau-brasil, os índios recebiam quinquilharias, como espelhos, pentes etc. Esse comércio impedia a efetiva ocupação do território pelos portugueses.

Esse quadro colocava em risco o progresso da capitania de Pernambuco, cuja produção de açúcar estava se desenvolvendo a contento. O ataque dos índios potiguaras ao engenho Tracunhaém, situado próximo à Goiana (PE), em 1574, despertou a reação da coroa portuguesa, pois toda a população do engenho foi dizimada^{xi}. Para tentar evitar novos incidentes, foi criada a capitania real da Paraíba, no mesmo ano, e iniciadas tentativas de sua efetiva ocupação. Foram enviadas 5 expedições para conquistar o território (1574, comandada por D. Fernão da Silva, 1575 comandada por D. Luís de Brito e as de 1579, 1582 e 1584, todas comandadas por Frutuoso Barbosa). Só em 1585, Martim Leitão consegue a efetiva ocupação do território da capitania da Paraíba, utilizando-se de uma aliança com os índios tabajaras. Em 5 de agosto de 1585, é fundada a cidade de Nossa Senhora das Neves (ANÔNIMO, 2006).

O processo de conquista e ocupação do território do atual estado da Paraíba, tal como ocorreu no Brasil, seguiu três motivações principais: a ideológica, a militar-administrativa e a econômica. Essas distintas motivações, no entanto, não são estanques. Ao contrário, reforçavam-se mutuamente.

a) A motivação ideológica

A motivação ideológica tinha como objetivo a conversão dos índios ao cristianismo. A estratégia utilizada foi a implantação de missões, com o aldeamento dos índios. As missões consistiam no agrupamento de índios, realizado por uma ordem religiosa (franciscanos, jesuítas, beneditinos, carmelitas etc.), objetivando a sua conversão ao catolicismo.

O processo de aldeamento implicou em uma intensa aculturação dos grupos indígenas. Não somente se procurava a conversão dos índios à religião cristã, como também havia a introdução de novas práticas produtivas, a exemplo a introdução do cultivo agrícola, atividade que na cultura indígena era desenvolvida pelas mulheres. Por outro lado, o aldeamento era também uma forma de proteger os indígenas da escravidão, daí as frequentes disputas entre os religiosos (principalmente com os jesuítas) e os bandeirantes que aprisionavam os índios para vendê-los nos engenhos e até mesmo entre grupos religiosos, tal como aconteceu na Paraíba com a disputa entre os jesuítas e os franciscanos^{xii}.

O posicionamento dos jesuítas opunha-se aos interesses dos colonizadores. De acordo com Almeida Prado: “Onde surgia o desbravador manifestava-se imediata fome de braços, e, quanto maior se evidenciava, mais brutal e implacável se tornavam os métodos em utilizar o índio reduzido a instrumento de trabalho.” (ALMEIDA PRADO, 1964, p. 103-104). Por outro lado, a ação dos jesuítas junto aos indígenas propiciava vantagens para o colonizador, à medida que conseguia reduzir as desconfianças dos potiguaras em relação aos portugueses:

A atividade inaciana se revelara das mais promissoras para os desígnios dos lusos. Conseguiu aplacar desconfianças dos potiguaras, chamara para o lado luso prestigiosos chefes, evitara choques entre brancos e indígenas e realizara trabalho da maior utilidade para el-Rei... (ALVEIDA PRADO, 1964, 104-105)

Destaca-se também que os índios agrupados nas missões também contribuíam para a defesa dos núcleos de povoamento dos brancos, bem como para o fornecimento de mão de obra para os engenhos e para as incursões militares. Há registros de várias aldeias na Paraíba como pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1 – Relação das missões que existiram no território paraibano.

Nome da missão	Grupos indígenas	Missionários	Duração	Localização
Braço de Peixe	Tabajaras	Jesuítas	1585- 1593	J. Pessoa
Tapuá (Yguna)	Cariris	Jesuítas/ Franciscanos	1588-1669	S. M. Itaipu
Almagra	Tabajara	Franciscanos	1589-1590	J. Pessoa
Praia	Tabajara	Franciscanos	1589-1590	J. Pessoa
Assento de Pássaro	Tabajara	Franciscanos	1589-1597	J. Pessoa
Joanne	Tabajara	Franciscanos	1589-1606	Gramame
Mangue	Tabajara	Franciscanos	1589-1590	
Inhobi	Tabajara	Franciscanos	1592-1597	
Iguaraguaig	Tabajara	Franciscanos	1592-1654	
Gargaú	Tabajara	Jesuítas/Francisca nos	1592-1634	
Maracanaioaca	Tabajara/ Potiguara	Franciscanos	1597-1603	
Umaripitanga	Potiguaras	Franciscanos	1603-1634	
Guarataí	Potiguaras	Franciscanos	1603-1634	
Guiaobira	Potiguaras	Franciscanos	1603-1624	
Miriri	Tabajaras	Beneditinos	1603-1619	
Utinga	Tabajaras	Beneditinos	1606-1758	Cabedelo
Iacoca	Tabajaras	Beneditinos	1606-1758	Conde
Urutaguy	Potiguara	Jesuitas	1610-1758	Alhandra
Guayuru	Potiguara	Jesuitas	1614	
Pindaúna	Potiguara	Jesuitas	1614-1636	
Maurícia	Potiguara/ Tabajaras	Calvinista	1637-1654	
Boldrim	Bultrins	Franc. e Oratorianos	1668-1670	
Cariris de Taipu	Cariris	Jesuítas/Francisca nos	1670-1758	

Boqueirão dos Carnoió	Cariris	Capuchinho	1670-1676	
Baía da Traição	Potiguara	Carmelita	1686-1758	Baía da Traição
Preguiça	Potiguara	Carmelita	1686-1758	
Campina Grande	Arius	Franciscanos	1697-1758	Campina Grande
Panaty	Panati	Carmelita	1699-1758	
Curema	Curema	Capuchinhos	1699-1758	
Icó-Pequeno	Icós-pequenos	Seculares	1699-1758	
Boa Vista	Sucurus	Carmelitas	1712-1758	
Pegas	Pegas	Seculares	1732-1758	
Brejo	Fagundes	Capuchinhos	1739-1758	Fagundes
Jenipapo	Cariri	Capuchinhos	1752-1754	

Fonte: BRITO (2013, p. 245).

Há registros de 34 missões instaladas na Paraíba. A maioria concentrou-se na Zona da Mata, havendo o predomínio das missões sob responsabilidade dos franciscanos. As missões foram extintas em 1758, em todo território brasileiro, durante o período em que o Marques de Pombal ocupou o posto de Primeiro-Ministro de Portugal.

b) A motivação militar-administrativa

Outra motivação para a ocupação do espaço era de caráter militar-administrativo, tendo como objetivo garantir a integridade do território e o estabelecimento da “ordem” colonial. Dentre essas investidas podem ser lembradas:

i) as incursões militares partindo de Pernambuco contra os franceses e os índios seus aliados, que resultaram na fundação da cidade de Filipéia de Nossa Senhora das Neves (João Pessoa);

ii) logo após a conquista, foram feitas várias incursões no sentido de afastar os franceses tanto na porção norte (Baía da Traição), quanto na porção sul (Pitimbu): ainda em 1585 foi feita uma expedição comandada por Martim Leitão, formada por oitenta e cinco brancos e 120 índios, comandados por Piragibe, contra os franceses e os índios potiguaras, situados no território de Baía da Traição. Essa expedição tinha como objetivo expulsar os franceses da Baía da Traição (PINTO, 1977). A preocupação com a integridade territorial levou a fundação de fortificações em pontos do litoral mais sujeitos à presença dos corsários. Assim foi ordenada a construção do forte de Cabedelo, e uma atalaia em Baía da Traição (PINTO, 1977);

iii) Mesmo após a conquista e a fundação da cidade de Nossa Senhora das Neves, houve ataques dos potiguaras e dos franceses (em 1590, 1591, 1597), tendo sido rechaçados pelas forças portuguesas (LEAL, 1989). A “pacificação” da capitania, no

entanto, dependia da subordinação dos potiguaras, o que só seria efetivada com a conquista do Rio Grande do Norte, ocorrida no início do século XVII;

iv) nesse contexto, destacam-se as campanhas relacionadas com a “Confederação dos Cariris” ou “Guerra dos Bárbaros”. A ocupação do espaço sertanejo com a pecuária resultou em fortes agravos aos povos indígenas dessa região. O processo de resistência de várias tribos indígenas do Nordeste brasileiro contra a presença portuguesa motivada pelo avanço da pecuária ficou conhecido como a “Confederação dos Cariris”. Os indígenas rebelaram-se contra a usurpação de suas terras e o aprisionamento promovido pelos portugueses. Essa reação perdurou durante cerca de trinta anos (1683 a 1713). No caso específico da Paraíba, a revolta indígena foi uma decorrência da ocupação das suas terras comandada pela família Oliveira Ledo, particularmente por Theodósio de Oliveira Ledo. A violência com que ele tratou os índios que aprisionou motivou uma carta régia (19 de setembro de 1699), recriminando o fato de Theodosio Oliveira Ledo ter morto “a sangue frio muitos dos índios que tomou na guerra” (apud, PINTO, 1977, p. 93).

v) as atividades relacionadas com a função administrativa concentravam-se na cidade de Nossa Senhora das Neves^{xiii}. Os marcos da administração portuguesa estavam aí presentes: a casa da Câmara, a forca, o pelourinho, o tribunal de justiça, a ouvidoria, etc. Aí também estavam os conventos das principais ordens religiosas (Convento de São Francisco, Convento dos Carmelitas e o Mosteiro de São Bento) além de outras três igrejas (a igreja matriz, a Igreja da Misericórdia e a Igreja de São Gonçalo. O crescimento inicial da cidade foi estimulado por Duarte Gomes da Silveira que, tem promovido a edificação dessa cidade, auxiliando com dinheiro a muitos moradores que desejavam construir casas. Ele próprio levantou um magnífico prédio ao lado ocidental do convento de São Bento, para lhe servir de casa. (HERCKMANS, p 169). Por ocasião da invasão holandesa, a população da cidade de João Pessoa foi estimada em mil e quinhentas pessoas.

c) A motivação econômica

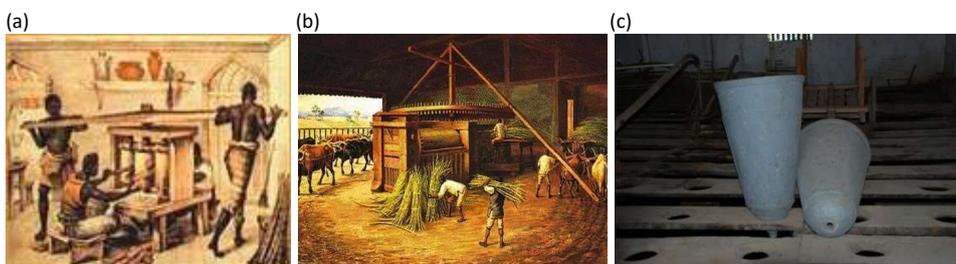
Esta foi, efetivamente, a principal motivação do processo de ocupação do espaço paraibano pelos colonizadores. Deve ser lembrado que nas três primeiras décadas após o descobrimento, o interesse maior de Portugal esteve voltado para o comércio das especiarias com as Índias. À medida que esse comércio foi se tornando gravoso em virtude das despesas militares relacionadas com a manutenção das feitorias, foi que a colonização efetiva do Brasil foi priorizada. Podem ser identificadas, pelos menos, três dinâmicas diferentes de ocupação do espaço paraibano motivadas por razões econômicas (a ocupação da Zona da Mata, do Sertão e do Agreste) como será visto a seguir.

A ocupação da Zona da Mata

O povoamento da Zona da Mata foi comandado pelo cultivo da cana-de-açúcar, que espalhou-se com certa rapidez pelos vales dos principais rios que cortam essa região, principalmente nos vales dos rios Paraíba, Mamanguape e Abiaí. De acordo com Leal (1989), dois anos após a conquista da Paraíba (1585), foi fundado o primeiro engenho no território paraibano: o engenho Tibiri. Esse primeiro engenho

foi mandado construir por João Tavares como patrimônio da coroa portuguesa, em 1587. Até o ano da invasão holandesa (1630) já havia entre 18 e 19 engenhos instalados^{xiv}. Assim, o engenho foi unidade econômica em torno da qual se organizou toda a vida econômica e social dessa região, desde o início da colonização. A denominação engenho, que a rigor designava a unidade fabril, também englobava as terras dedicadas ao plantio da cana de açúcar, a casa do senhor, a senzala e a capela. A paisagem dos engenhos, composta por esses elementos, ilustra com propriedade a afirmação de Lipietz (1988) quando afirma que a paisagem materializa as relações sociais de produção dominantes em um determinado espaço.

Figura 5 – (a) Engenho movido pelo trabalho escravo, (b) Moenda do engenho movida por bois, e (c) Formas de pão-de-açúcar em casa de purgar.



A organização da produção canavieira foi marcada por três características principais: concentração fundiária, monocultura e trabalho escravo. Para alimentar os engenhos, era preciso produzir a cana de açúcar, de modo que o cultivo dessa lavoura tinha prioridade na utilização dos solos, donde a monocultura. O progresso alcançado na Paraíba é assim descrito por Antonil:

A Paraíba por ser fertilíssima e lavrar muitos açúcares nos engenhos em que se fazem, que no seu distrito estão situados não poucos em número, ocupara o terceiro lugar em grandeza e riqueza porque tirada a Capitania de Pernambuco, que com muita razão tem o primeiro de todas, e logo a da Bahia, a quem se dá o segundo lugar (...), logo esta capitania da Paraíba ocupa o terceiro lugar ...

Com efeito, foi a produção do açúcar que comandou todo processo de ocupação e povoamento de toda costa oriental do nordeste brasileiro, pois era um produto de alta cotação no mercado europeu da época. Desse modo tal como já tinha ocorrido em Pernambuco, desde o início do sistema de capitanias hereditárias, a produção do açúcar também foi aqui o elemento dinamizador do processo de ocupação. A importância alcançada pelo cultivo da cana e pela produção de açúcar no território

paraibano pode ser avaliada pelo fato do governo holandês ter colocado no brasão da Paraíba, seis pães^{xv} de açúcar (veja Fig. 6).

Embora a cana de açúcar tenha sido o elemento responsável pela ocupação da Zona da Mata, outras atividades também estiveram presentes. Dentre estas ressaltam-se: a) a extração do pau brasil para exportação; b) a produção de lavouras alimentares (com destaque para a mandioca, arroz e o milho), cultivadas por pequenos produtores chamados de roceiros por Herckmans (p.201); e c) a pecuária exploradas em fazendas que se situavam nas margens dos rios, principalmente, dos rios Mamanguape e Camaratuba, ao norte, e do Rio Gramame ao sul (HERCKMANS, 2003); o principal rebanho era o bovino que servia tanto para realizar o transporte (da madeira para alimentar as fornalhas dos engenhos; do açúcar até as margens dos rios para o embarque), quanto para fazer funcionar as moendas, assim como para alimentação da população dos engenhos e, sobretudo, da população urbana.

À medida que se expandia a produção canavieira, crescia a necessidade de “animais de tiro” para garantir o transporte da lenha para alimentar a fornalha dos engenhos, bem como para o transporte da cana cortada até o engenho e do açúcar até os portos de embarque do produto. Por outro lado, a expansão dos canaviais ia limitando a terra para plantio de pasto para alimentar o gado. Dessa maneira foi se fazendo imperiosa a separação espacial da atividade canavieira da atividade pecuária, originando uma divisão espacial do trabalho, obrigando a interiorização da pecuária.

A ocupação do Sertão

A ocupação do Sertão foi comandada pela pecuária. O Sertão paraibano teve o seu povoamento retardado pelas dificuldades naturais do semiárido e pela presença dos índios. Só na segunda metade do século XVII, é que começa o povoamento dessa região. O processo de ocupação dessa porção do território estadual está associado à expansão dos domínios da Casa da Torre. Mais precisamente, foi a família Oliveira Ledo que esteve à frente da ocupação de toda a região sertaneja. O primeiro núcleo de povoamento foi uma fazenda instalada no hoje município de Boqueirão. A partir daí espalhou-se por todo o território, fundando vários núcleos de povoamento.

Como já visto anteriormente, a expansão da pecuária gerou vários conflitos com os índios habitantes dessa região, sendo o mais destacado a “guerra dos Bárbaros”. A esse respeito anota Irineu Ferreira Pinto:

“Nos fins do ano passado e no correr deste (1696), os índios tapuias Payacus e Goyacus, da tribo dos Icós que se estendiam desde o vale do Catolé até as margens do rio Piranhas, foram dizimados pela guerra encarnizada que lhes fizeram os Mestres de Campo dos Paulistas, residente no Piancó e Assu.” (PINTO,1977, p.88).^{xvi}

Se o engenho foi a unidade de ocupação da Zona da Mata, a fazenda de gado exerceu tal função no Sertão. Diferentemente do engenho que requeria uma soma considerável de recursos para sua instalação, a fazenda de gado não demandava muitos gastos. No dizer de Capistrano de Abreu, para instalar uma fazenda bastava erguer uma casa de pau à pique e fazer um curral para ocupar cerca de quatro léguas de terra (ABREU, 1988). Além disso, era uma atividade que ocupava pouca mão de obra. A forma de pagamento do vaqueiro (de cada quatro bezerros nascidos, um lhe pertencia – sistema de quarteação), favorecia a proliferação das fazendas, tendo em vista que havia disponibilidade de terras para o vaqueiro instalar seu gado. Desse modo, foram sendo instaladas as fazendas nas ribeiras dos rios, Segundo Joffily, no final do século XVIII, havia setenta e sete fazendas no vale do Piancó, cinquenta e nove no vale do Espinharas, setenta e oito no vale do Sabugi e cento e vinte e sete no vale do Patu (JOFFILY, 1976. PP. 318-324).

Como as fazendas praticavam um criatório ultraextensivo (o gado era criado solto na caatinga), o povoamento resultante foi caracterizado por ser rarefeito e espalhado. Só no século XIX, com a intensificação do cultivo do algodão é que vai haver um maior adensamento populacional. O cultivo do algodão se desenvolveu de forma combinada com a pecuária com bem salientou Manuel Correia de Andrade (2011), dando origem ao sistema gado-algodão de uso dos recursos.

A ocupação do Agreste

A ocupação do Agreste, embora tenha muita semelhança com a do espaço sertanejo, apresenta características próprias. Ela foi impulsionada também pela expansão da pecuária, resultante da separação espacial em relação ao cultivo da cana-de-açúcar. O povoamento dessa área seguiu três vias de penetração. A primeira foi o leito do rio Paraíba, no sentido leste-oeste, em cujas margens foram sendo criadas fazendas de gado. Desse modo foi ocupada a porção sul do Agreste. A segunda via processou-se no sentido oeste-leste, a partir da luta de ocupação do sertão pelos Oliveira Ledo; desse movimento, por exemplo, tem-se o início da cidade de Campina Grande. A terceira via foi o curso do rio Mamanguape, no sentido leste-oeste.

O povoamento da porção centro-norte dessa área foi retardado, em relação ao povoamento do sertão seja pela dificuldade de acesso a essa região em virtude do relevo, seja em razão da presença dos índios cariris, que perseguidos pelos Oliveira Ledo se congregaram nessa região, oferecendo forte resistência ao branco colonizador através do que ficou conhecido como a Confederação dos Cariris. Só com o fim da chamada “Guerra dos Bárbaros” é que foi possível efetivamente ocupar essa região.

Por outro lado, as condições naturais mais favoráveis, permitiram a exploração das lavouras alimentares, dando origem ao chamado sistema gado-algodão-policultura alimentar. O cultivo dessas lavouras ocorreu com maior intensidade nas áreas serranas, onde as condições de clima e de solo favoreceram o seu cultivo a exemplo da região do Brejo Paraibano, da Serra de Araruna, da Serra de Cuité, etc. Tal como

ocorreu no sertão, a expansão do cultivo do algodão, na segunda metade do século XIX, permitiram o adensamento da população e o fortalecimento dos núcleos urbanos regionais, uma vez que foram sendo instaladas várias unidades de beneficiamento e de comercialização dessa fibra.

Dimensão e distribuição da população paraibana: da colonização ao século XIX

Apesar de não haver informações sobre o montante da população indígena que habitava na Paraíba por ocasião da ocupação portuguesa, alguns estudos apontam que até a metade do século XVII a população indígena era superior àquela dos brancos. O contato com os brancos foi fatal para a dizimação da população indígena. Para tanto concorreu seja a disseminação de doenças seja a guerra de extermínio e de escravização.

Até a primeira metade do século XVIII, as informações sobre a população paraibana são praticamente inexistentes. Dispõe-se apenas de estimativas esparsas e grosseiras para o conjunto da província, bem como de dados avulsos para um ou outro núcleo de povoamento. Só a partir do período pombalino (1750-1777), é que surgiu a preocupação em levantar informações sobre a população de forma mais sistemática.

Algumas dessas informações estão apresentadas no Quadro 2. Apesar dos cuidados com que se deve utilizar esses dados, eles apontam para alguns pontos importantes da história demográfica da Paraíba, a saber:

Quadro 2 – Evolução da população da Paraíba (1774 – 1872)

Anos	Litoral	Agreste ¹	Sertão	Total
1774*	16.929	6.155	7.221	30.305
1775*	-	-	-	52.000
1782*	30.009	7.914	14.540	52.463
1808**	-	-	-	95.182
1811*	-	-	-	122.407
1812*	-	-	-	95.162
1819**	-	-	-	96.448
1823**	-	-	-	122.407
1830**	-	-	-	246.000
1840*	-	-	-	227.870
1847*	35.868	92.356	23.228	151.452
1851*	42.526	111.777	54.649	208.952
1867**	-	-	-	300.000
1872**	-	-	-	376.226

Fontes: (*) PINTO (1977); (**) MARCÍLIO (1974).

Nota: (1) Entende-se aqui como Agreste a área compreendida pela Vila de Pilar, Paróquia de Taipu, Cidade de Areia, Vila do Ingá, Paróquia de Natuba, Vila de Alagoa Nova, Vila de Bananeiras, Paróquia de Cuité, Vila de Independência e Vila de Campina Grande.

a) Na segunda metade do século XVIII, a Paraíba era pouco povoada. Possuía entre 30 e 50 mil habitantes^{xvii}. Na mesma época a população de Pernambuco era da ordem de 142 mil habitantes (JUNIOR, 1984).

b) Além de pequena essa população estava desigualmente distribuída no espaço. Concentrava-se no litoral (principalmente na área sob jurisdição direta da capital), onde residia mais da metade da população. O Agreste detinha 20% do contingente populacional, concentrado, sobretudo na área situada no vale do Paraíba; além do vale do médio Paraíba, havia alguma concentração apenas em torno da Vila Nova da Rainha, atual Campina Grande. O Sertão, cujo povoamento tinha sido iniciado no final do século XVII, detinha 23% da população provincial, tendo como principais núcleos as vilas de São João e de Pombal.

c) Do final do século XVIII (1774) ao final do século XIX (1872), a população da Paraíba experimentou um crescimento expressivo: aumento de 12 vezes. O crescimento não mais expressivo ainda em virtude da ocorrência de 8 períodos de seca (TARGINO e MOREIRA, 2006), bem como de surtos de varíola, febre amarela e cólera (PINTO, 1977, vol. 2, pp. 137, 197, 215, 219), que conjuntamente contribuíram para frear o crescimento da população^{xviii}.

d) Chama-se a atenção para o forte crescimento populacional ocorrido no Agreste. Em 1851, a população dessa área representava mais da metade da população provincial, enquanto que, em 1782, essa participação era da ordem de 15%. Para esse surto de crescimento da população agrestina concorreu uma série de fatores, podendo ser destacados: a “pacificação” dos índios após a Confederação dos Cariris, a expansão da lavoura algodoeira e a imigração de sertanejos por ocasião das secas. As melhores condições naturais do Brejo Paraibano atraíram as populações das regiões mais áridas, sobretudo nos períodos de seca (MARIZ, 1978, p. 97).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colonização portuguesa impôs uma nova lógica ao processo de ocupação e povoamento do espaço paraibano. A busca de lucro através da produção de mercadorias para exportação suplantou a organização socioeconômica dos primeiros habitantes, centrada na produção de valores de uso. Daí os conflitos inevitáveis entre indígenas e colonizadores. Mais do que inevitáveis. Necessários para transformar a terra em propriedade privada, através do sistema de sesmarias.

Os indígenas relacionavam-se com a natureza, tendo em vista a produção de bens e serviços necessários ao atendimento de suas necessidades, isto é a produção de valores de uso. Enquanto isso, o colonizador português tinha como objetivo a produção de um excedente para exportação, consubstanciado no pau-brasil, no açúcar e no couro. A dinâmica da produção desses bens foi responsável pelo processo de povoamento do Estado da Paraíba. Esse processo se deu de forma diferenciada segundo as diferentes regiões do espaço estadual. Além da motivação econômica, o processo de povoamento também foi comandado por motivação

ideológica (instalação de missões para conversão dos indígenas) e por motivação militar-administrativa com a instalação das instituições que garantiam o controle da terra aos interesses da metrópole portuguesa.

O espaço aqui produzido após a exploração portuguesa foi um espaço alienado. Esta alienação se deu em duplo sentido: em primeiro lugar foi necessário alienar o acesso à terra por parte dos povos originários, mesmo que isso importasse na eliminação física desses povos, o que constituiu um verdadeiro genocídio; em segundo lugar, a produção do espaço colonial não estava voltado para o atendimento das necessidades da sociedade que se constituía, mas para garantir os interesses do capital mercantil português que estava se estabelecendo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Capistrano. **Capítulos da história colonial**. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1930. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/597662/000077920_Caminhos_antigos_povoamento_Brasil.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 28 de outubro de 2023.
- ALMEIDA, Ruth Trindade de. **A arte rupestre nos cariris velhos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979.
- ANÔNIMO. **História da Conquista da Paraíba**. Brasília: Edições do Senado Federal, 2006.
- ANTONIL. **Diálogos da grandeza do Brasil**. São Paulo: Ed. Itatiaia, 1982.
- ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste**. São Paulo: Cotrez, 2011.
- BARBOSA, José Elias Borges. **As nações indígenas da Paraíba**. Conferência proferida no IHGP. 1985. Disponível em <http://www.ihgp.net/pb500i.htm>
- BRITO, Vanderley. **Missões na Capitania da Paraíba**. Campina Grande: Cópias & Papéis, 2013.
- CARDIM, Fernão. **Tratados da terra e da gente do Brasil**. Rio de Janeiro: Editores J. Leite & Cia, 1925.
- CARPENTIER, Servaes. Relatório sobre a capitania holandesa da Paraíba. In MEDEIROS, M. B. **Capitania holandesa da Paraíba: numa visão do século XVII**. João Pessoa: Unipê Ed., 2003.
- CLEROT, L.F.R. **30 anos na Paraíba: memórias corográficas e outras memórias**. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1969.
- CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo Cesar da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Recenseamento do Brazil**. Volume 1, Introdução. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1922.

EGLER, C. A. G.; MOREIRA, E. Ocupação territorial. In Governo do Estado da Paraíba/UEPB. **Atlas geográfico do Estado da Paraíba**. João Pessoa: Grafset, 1985.

FERNANDES, Almir de Albuquerque. **A arte rupestre na Paraíba**: um estudo sobre as inscrições rupestres do município de Condado. Disponível em <http://ozildoroseliafazendohistoriahotmail.blogspot.com.br/2010/09/arte-rupestre-na-paraiba.html>

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e açúcares**: política e economia na Capitania da Parahyba – 185-1630. Bauru: EDUSC, 2007.

IBGE. **Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes**. Adaptado do mapa de CURT Muendajú de 1944. Disponível em: http://biblio.wdfiles.com/local--files/nimuendaju-1981-mapa/nimuendaju_1981_mapa.jpg

ISNARD, Hildebert. **L'Espace Géographique**. Paris: PUF, 1978.

JOFFILY, Irineo. **Notas sobre a Paraíba**. Brasília: Thesaurus Editora, 1977.

JUNIOR, José Nivaldo. **A economia algodoeira em Pernambuco**: período colonial. Recife: UFPE/Mestrado em História, dissertação de mestrado, 1984.

HERCKMANS, Elias. Descrição geral da capitania da Paraíba. In MEDEIROS, M. B. **Capitania holandesa da Paraíba: numa visão do século XVII**. João Pessoa: Unipê Ed., 2003.

LEAL, José. **Itinerário histórico da Paraíba**. João Pessoa: A União Editora, 2ª Ed., 1989.

LIPIETZ, Alain. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Editora Nobel, 1988.

MARCÍLIO, M. L. Evolução da população brasileira através dos censos até 1872. In **Revista Anais de História**, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, ano VI, 1974.

MARIZ, Celso. **Evolução econômica da Paraíba**. João Pessoa: A União editora, 1978.

MARTINS, José de Sousa. **O cativo da terra**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política (Livro I). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.

MOREIRA, E. **O espaço enquanto produto do trabalho**. João Pessoa: UFPB/DGEOC, mimeo, 2021.

PALITOT, Estevão. **Os Potiguara de Baía da Traição e Monte-Mór**: história, etnicidade e cultura. 2005. 225f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2005.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a história da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária, 1977.

SALVADOR, Frei Vicente do. **História do Brasil**: 1500-1627. São Paulo: Editora da USP, 1982.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**: da crítica da geografia a uma geografia crítica. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emilia. Estado e secas no Nordeste. In: MOREIRA, Emilia de Rodat F. (Org.). **Agricultura familiar e desertificação**. João Pessoa: Editora Universitária, 2006.

VANIFAS, R. In INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro IBGE,, 2000.

VESPÚCIO, Américo. **Novo Mundo**: as cartas que batizaram a América. Rio de Janeiro: Fundação Darc Ribeiro, 2013. Disponível em: <https://fundar.org.br/wp-content/uploads/2021/06/novo-mundo-as-cartas-que-batizaram-a-america.pdf>

Contato com o autor: Ivantargino@yahoo.com.br

Recebido em: 18/04/2023

Aprovado em: 11/06/2024

ⁱ Vale lembrar que isso não foi exclusivo da Paraíba. O mesmo processo ocorreu em todo o país. Com efeito, os dados do censo de 1872 para o Brasil contabilizavam apenas 386.955 indígenas (ou caboclos segundo a denominação utilizada pelo censo) em 1872, representando 3,9% da população total do Brasil (**DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1922**). Mesmo considerando que esse contingente estivesse subavaliado, pois de acordo com aquele censo apenas os indígenas puros eram incluídos como caboclos, esse número reflete o processo de genocídio ocorrido contra os povos originários uma vez que o contingente estimado por ocasião da invasão portuguesa era superior a 2 milhões de indivíduos (VANIFAS, 2000)..

ⁱⁱ De acordo com essa lógica, enquanto a terra fosse livre da apropriação privada não era possível ter um trabalhador assalariado. Foi necessário proceder ao cativo da terra, na expressão de Martins (1981), para se ter o fim da escravidão no Brasil. Nesse sentido, a Lei das Terras é a irmã siamesa da abolição da escravatura. Ao analisar o processo de escravidão da terra, Marx afirma: “quando o trabalhador, portanto, pode acumular para si mesmo, o que pode fazer quando é o proprietário de seus meios de produção, é impossível a acumulação capitalista e o modo de produção capitalista, falta para isso a imprescindível classe dos assalariados” (MARX, 1975, p. 886).

ⁱⁱⁱ Segundo José Elias Borges Barbosa, havia no território paraibano três grupos indígenas: os tupis, os cariris e os tarairius. Segundo ele, não é correto incluir os tarairius no grupo dos cariris. Sobre isto veja a conferência “As nações indígenas da Paraíba”, proferida no IHGP. Esses indígenas viveram no Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Aliados dos holandeses, depois da expulsão desse povo houve uma grande perseguição a esses índios, conhecida como a guerra do Açú (1630-1730).

^{iv} Ainda existem na Paraíba algumas aldeias potiguaras no município de Baía da Traição (aldeias de Forte Galego, São Miguel, Acajutibiró, São Francisco, Lagoa do Mato, Cumarú, Laranjeiras, Santa Rita, Tracoeira etc.) no município de Marcação (aldeias de Caeira, Camurupim, Grupiuna, Jacaré de São Domingos, Lagoa Grande e Nova Brasília) e no município de Rio Tinto (Jaraguá e Silva Belém).

^v Potiguar significa comedor de camarão (poti = camarão; war = comer;). Quando batizados, esses índios acrescentavam camarão ao seu nome. Felipe Camarão, um dos líderes da guerra contra os holandeses era um índio potiguar.

^{vi} Após estabelecida a conquista da Paraíba em 1585, os potiguaras passam a sofrer forte perseguição. Isso explicaria a aliança desse grupo indígena com os holandeses. Palitot (2005) destaca que ao longo da história os potiguaras estabeleceram diferentes estratégias de sobrevivência, o que garantiu a sua sobrevivência até nos dias atuais.

^{vii} Tabajara significa “senhor da aldeia” (tawa = aldeia; yara = senhor)

^{viii} De acordo com Capistrano de Abreu, cariri significa “tristonho, calado, silencioso”.

^{ix} Durante o período pombalino, foram feitas várias transferências territoriais desses grupos indígenas. Mesmo antes desse período há notícias de transferência de indígenas até mesmo para outros países e continentes (BARBOSA, 1985).

^x De acordo com Frei Vicente de Salvador, o Rio São Domingos (denominação do Rio Paraíba das expedições costeiras) era propício ao ancoradouro de navios piratas pois a sua foz estava abrigada dos ventos e era profundo. Segundo o autor: “em este rio entravam mais de vinte naus francesas todos os anos a carregar de pau-brasil, com ajuda que lhes davam os gentios potiguaras, que senhoreavam toda aquela terra da Paraíba até o Maranhão, algumas quatrocentas léguas” (SALVADOR, 1982, p. 184).

^{xi} A primeira narração da chamada Tragédia de Tracunhaém foi feita por Frei Vicente do Salvador finaliza o relato, foi em seu seguimento; mas, tanto que o firam fora, rebentaram os mais da cilada com um urro que atroava escrevendo: “O que visto por Diogo Dias (*dono do engenho*) se pôs a cavalo e, saindo da cerca com os seus escravos a terra e o cercaram de modo que, não podendo recolher-se à sua cerca, foi ali morto com todos os seus e a cerca entrada, onde não deixaram branco nem negro (*Frei Vicente do Salvador chama os índios de negros*), grande nem pequeno, macho nem fêmea que não matassem e esarteassem.” (SALVADOR, 1982, p. 186)

^{xii} De acordo com Vanderley de Brito, os Jesuítas procuravam manter os índios segregados dos brancos “sem permitir a exploração do nativo nas campanhas bélicas, nos canteiros de obras administrativas e nem tampouco nas lavouras dos colonos” (BRITO, 2013, p. 17). Enquanto isso, os franciscanos aceitavam que os índios fossem utilizados tanto nas incursões militares quanto nos serviços dos engenhos. Essa contenda resultou na expulsão dos jesuítas da Paraíba, de modo que suas missões passaram a ser regidas pelos franciscanos.

^{xiii} Quando da unificação dos reinos de Portugal e Espanha, a cidade passou a se chamar de Filipeia de Nossa Senhora das Neves, em homenagem ao rei de Espanha Felipe II. Com a conquista do território pelos holandeses em 1534, o nome foi novamente alterado para Frederica, em homenagem ao Príncipe de Orange, Frederico Henrique. Com a expulsão dos holandeses, em 1654, a cidade voltou a ser denominada de Filipeia de Nossa Senhora das Neves, para logo depois ser denominada de Paraíba do Norte, nome que guardou até 1930.

^{xiv} Segundo Carpentier, o número de engenhos que existiam na Paraíba era 18 (CARPENTIER, p. 120). Porém segundo Herckmans (p. 200), havia 19 engenhos em funcionamento nas margens do rio Paraíba. Além dos 19 engenhos relacionados por Herckmans, ele se refere a dois engenhos que existiram nas margens do rio Gramame (HERCKMANS, P. 183). O autor também se refere a um engenho nas margens do rio Camaratuba (idem, p. 196).

^{xv} Para fazer o açúcar, espremia-se a cana e o caldo era fervido até dar o ponto, quando então era colocado em formas cônicas com a extremidade arredondada, onde havia um furo para fazer a decantação. Depois de decantado, restava nas formas apenas um grande torrão de cristais de açúcar. Quando retirado da forma, dado o formado, recebia o nome de pão de açúcar.

^{xvi} A crueldade de Teodósio de Oliveira Ledo foi criticada pela carta régia de 16 de setembro de 1699, por ter “morto a sangue frio muitos dos índios que tomou na guerra” (Pinto, 1977, p. 93).

^{xvii} A grande diferença dos dados populacionais de 1774 e 1755 evidencia a fragilidade dessas informações, pois em um ano seria impossível ocorrer tal variação da população.

^{xviii} Segundo MARIZ, “foi enorme o prejuízo em braços que a Província sofreu em 1856, quando a epidemia do cólera morbus matou um terço exato da população de 300 mil habitantes.” (MARIZ, 1978, p. 18)